

Ponto de Vista

Significados históricos de “Arquivos da ENEFD” no Contexto da Educação Física Brasileira

PROF. DR. LAMARTINE DACOSTA

Ao se relançar mais uma vez os “Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos – ENEFD” – cuja nova denominação é “Arquivos em Movimento” – torna-se oportuno examinar o significado desta publicação em sua contextualização histórica, vis-à-vis o desenvolvimento da Educação Física no Brasil. O ponto de partida nesta análise do periódico “Arquivos da ENEFD”, revisitado 60 anos após seu lançamento e depois de várias interrupções em sua publicação, concerne ao sentido publicista que alguns pioneiros da Educação Física brasileira assumiram nas décadas de 1910, 1920 e 1930.

A expressão “publicista” aqui se refere ao significado de divulgador / popularizador de idéias científicas, religiosas, ideológicas e literárias, hoje em desuso mas corrente no século XIX e até meados do século XX, nos países de línguas latinas. Na Espanha, por exemplo, o filósofo Ortega y Gasset na primeira metade do século XX usou espaços do jornais diários para divulgar de forma mais acessível a filosofia em geral bem como seu ideário filosófico. No Brasil, os modernistas de 1922, liderados eventualmente por Mário de Andrade, ora por Oswald de Andrade, utilizaram-se com sucesso de panfletos, revistas, jornais e reuniões para impor suas proposições de modo simplificado e por vezes irônico e caricato, que se manifestaram até o final dos anos de 1930.

A figura que mais tarde passou a ser chamado “intelectual engajado”, a partir dos exemplos que despontaram na França dos anos 1940 – 1950 (Sartre, Merleau-Ponty, Camus etc.), representa bem o auge deste meio de influenciar a opinião pública quer pelo impacto, quer por meios de esclarecimento e acessibilidade. Entretanto, esta exposição

pública, variando da simplificação ao confronto, teve raras ocorrências nos países de fala inglesa e alemã, com exceção dos meios artísticos segundo se depreende dos escritos de Peter Watson (2002, p. 407 – 506). O publicismo, portanto, revela-se como um viés cultural estabelecido na França, possivelmente enraizado nas tradições da Revolução Francesa do final do século XVIII, quando certos intelectuais – Rousseau, por exemplo – tornaram-se populares por sua pedagogia revolucionária.

Entre os publicistas de extração brasileira, destaca-se certamente Monteiro Lobato (1882 – 1948) que durante as primeiras décadas do século XX divulgava suas idéias e de outros renovadores da cultura e do desenvolvimento do Brasil, primeiramente por jornais – iniciando na década de 1910 – por revistas (1916) e depois por livros de alcance popular e até mesmo infantis. Em 1919, Lobato iniciou sua trajetória de editor fundando a Companhia Gráfico – Editora Monteiro Lobato, com sede em São Paulo e mais tarde denominada de Companhia Editora Nacional, que se fez detentora da maior parcela do mercado brasileiro de livros até princípios da década de 1970. Em 1921, por exemplo, Lobato editou 50 obras com 200 mil exemplares, parte produção literária inédita e o restante de obras de esclarecimento público. Entre suas diversas “campanhas” ressalta a da exploração de petróleo no país, que inspirou o movimento do “Petróleo é nosso” dos anos de 1950, redundando na criação da Petrobrás (DE LUCA, 2005).

Neste sentido de esclarecimento e sensibilização da opinião pública brasileira quanto as suas carências, insere-se a Educação Física que emergiu em moldes similares aos de Mon-

teiro Lobato por iniciativas de Fernando de Azevedo (1894 – 1974). Este famoso educador brasileiro tornou-se uma espécie de herdeiro das recomendações em prol da Educação Física já vindas de Rui Barbosa e outros líderes políticos nacionais desde o final do século XIX. E como tal, este intelectual promoveu a Educação Física por posturas publicistas. Azevedo, de modo explícito, assumiu este papel conforme seu relato em entrevista publicada na revista “Educação Physica” em meados da década de 1930 (Educação Physica, n. 5, 1936, p. 45 - 47), o qual se transcreve um trecho na grafia original:

Quando começou a interessar-se pela educação physica? Foi por uma época em que quase ninguém se interessava por esses assuntos e eu era muito moço, de cerca de 21 anos. Professor substituto de latim num gymnasio official, em Minas, impressionou-me profundamente, nesse primeiro contacto com a educação no Brasil, o descaso, a quase total indiferença pela educação physica nas escolas (...) Foi creado então, por suggestão minha, a secção de educação physica, neste gymnasio. O logar foi posto em concurso. Escrevi um livro. A cadeira não me foi dada, mas o livro ficou, e, o que é mais importante, ficou-me até hoje por esse grande problema um interesse vivo e irrequieto, que me tem animado nas campanhas que empreendi ou que tomei parte, pela educação physica, no Brasil. O livro, cuja primeira edição data de 1916, apareceu em 1920 em 2ª. edição sob o título “A Educação physica – O que ella é, o que tem sido, o que deveria ser”. Seguiu-se-lhe logo um outro, 1920, em S. Paulo: “Antinous – Estudo da cultura athletica”. Publiquei depois numerosos artigos, em jornais e revistas technicas, em que discuti a questão sob todos os aspectos, dei um grande numero de entrevistas e pronunciei muitas conferências.

Nesta entrevista, o título escolhido pelos editores da revista é sintomático para o contexto intelectual à época: “Ouvindo um apóstolo da Educação Physica no Brasil”. De fato, Fernando de Azevedo teve um percurso posto na tradição dos modernistas brasileiros – embora ele não fosse atuante no Movimento liderado por Mário de Andrade – enviada por Monteiro Lobato como um apostolado. Ele fundou em 1931, e dirigiu por mais de 15 anos, na Companhia Editora Nacional, a Biblioteca Pedagógica Brasileira (B.P.B.), da qual faziam parte a série Iniciação Científica e a coleção Brasileira. Foi o redator e o primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, em que se lançaram as bases e diretrizes de uma nova política de educação. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação na década de 1930 e antes, em 1924, organizou em São Paulo – capital, o primeiro congresso brasileiro de Educação Física. Nos anos de 1960, Azevedo foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

O comportamento de intelectual engajado por parte de Fernando Azevedo foi também compartilhado nas décadas de 1930 e de 1940, no âmbito da Educação Física, por João Lotulfo, sediado em São Paulo, e Inezil Penna Marinho, do Rio de Janeiro: o primeiro à frente da revista “Educação Physica” e da Editora do Brasil, também dedicada ao esporte e à Educação Física; o segundo como coordenador da “Revista Brasileira de Educação Física” publicação voltada para as lides de ensino e aprendizagem, desenvolvida pela Editora “A Noite” (empresa jornalística do Rio de Janeiro). A propósito destes periódicos e publicações homólogas do período em lide, Amarílio Ferreira Neto (2005, p. 776) em interpretação recente aproxima-se da tese do publicismo para este tipo de imprensa desde que “empenha-se na luta pela escolarização, formação profissional, definição de legislação específica, definição de métodos, conteúdos com ênfase nas diversas ginásticas e esportes. Constitui a base para a compreensão do periodismo da Educação Física do século XX”.

Com a criação dos “Arquivos da ENEFD”, em outubro de 1945, os publicistas da Educação Física progressivamente deram lugar a uma nova extração de intelectuais, menos ativistas e mais voltados para a produção de conhecimentos. Em tese, estas atitudes coletivas pressupõem influência da proposta original da ENEFD, criada seis anos antes (Decreto – Lei n. 1212 de 17 de abril de 1939), no Rio de Janeiro, então capital da República. Consultando-se o livro de Maria Lenk (1942, p. 32 – 43) sobre organização da Educação Física e Desportos, encontra-se a Exposição de Motivos do DL 1212, assinada pelo também famoso Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, que previa além da formação de “pessoal técnico em educação física e desportos” a difusão de conhecimentos e a realização de pesquisas; em adição a estas finalidades (consubstanciadas no Artigo 1º. do DL 1212), a ENEFD deveria constituir “um padrão para as demais escolas do país” (idem Art. 1º., item “b”) como outrossim publicar uma revista “destinada à divulgação dos resultados de suas realizações no terreno do ensino e da pesquisa” (idem Art. 41).

Já no primeiro número dos “Arquivos” há evidências da tendência dominante cientificista da revista prenunciada deste 1939: num total de oito contribuições, quatro são de Medicina Esportiva e quatro de Educação Física, Desporto (*sic*) e Dança, sendo estes últimos relacionados a abordagens técnicas e metodológicas. Este perfil epistemológico manteve-se aproximadamente o mesmo nos números seguintes, porém com diminuição da participação da Medicina Esportiva. Nestes termos, o número 21 (dezembro de 1966) – a partir do qual a revista perdeu sua periodicidade – apresenta apenas quatro artigos de Medicina Esportiva *stricto sensu*

num total de 16 contribuições. Nesta mesma edição observa-se que sete artigos foram elaborados por autores não pertencentes a ENEFD (já então incluída na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) ao passo que no número 1, lançado duas décadas antes, todos os autores pertenciam aos quadros daquela entidade fundadora. Este deslocamento de poderes no interior da ENEFD, eventualmente com repercussões nos “Arquivos”, tem sido analisado com maior profundidade por Victor de Andrade de Melo (1996), inclusive presente neste volume com novas abordagens no tema. Para efeito desta resumida apreciação, entretanto, pretendo manter o foco no intelectual da Educação Física brasileira, cuja postura publicista dissolveu-se a partir de 1945, tendo como marco histórico de delimitação os “Arquivos da ENEFD”.

Assim disposto, as publicações técnico – informativas iniciadas em 1916 que promoviam a Educação Física “como deveria ser” nas circunstâncias brasileiras e de acordo com a formulação de Fernando de Azevedo, teria perdido ímpeto com a profissionalização de parte de seus líderes pioneiros nas universidades. Esta hipótese tem sido assumida em diferentes países, culturas e áreas de atividade e foi por mim antes analisada numa pesquisa de campo sobre o papel dos intelectuais como categoria de análise e no âmbito do Movimento Olímpico internacional, sob o título “The Olympic scholar: intellectual purity or direct participation” (DaCosta, 2002, p. 275 – 306). Em resumo, os intelectuais engajados em causas esportivas ao se subordinarem a tarefas acadêmicas habitualmente se desvinculam de seus papéis de renovadores sociais e políticos. Este distanciamento do desenvolvimento sócio-político tem sido mais evidente nas ciências sociais não vinculadas às atividades físicas e hoje sua generalização discute-se sobretudo como um dilema ético diante do corporativismo profissional (DACOSTA, 2004, p. 87 – 92).

No caso da Educação Física publicista da década de 1940, pode-se presumir que o distanciamento ocorrido na ENEFD tenha sido induzido pela condição de “escola padrão” perseguida por aquela instituição que levou seus professores a considerar a Educação Física

nacional como objeto de pesquisa, isto é como ela era, e não como deveria ser. Um indício desta tendência prende-se ao fato de que “Arquivos” incluía além das colaborações técnicas, notas sobre cursos e conferências no Brasil e no exterior, relatórios de viagem, visitas de professores estrangeiros e atividades didáticas (ver coleção da revista em www.ceme.eefd.ufrj.br). Em síntese, “Arquivos” além de gerar e consolidar conhecimentos era inventariante de situações nacionais e meio de comparação com ocorrências em outros países. Já as demais revistas congêneres circulantes nas décadas 1930

– 1940, além de trabalhos técnicos enfatizavam entrevistas e o que se chamava à época de “doutrina”, adotando-se um tom de mobilização e reivindicação. Amarílio Ferreira Neto (2005, p. 776), descrevendo e datando a sobrevivência de tais publicações para o “Atlas do Esporte no Brasil” oferece elementos de confirmação do publicismo característico de seus conteúdos:

1932 – 1960: Revista Educação Física - Chancelada pela Escola de Educação Física do Exército. Responsável pela produção e veiculação da doutrina sobre Educação Física aplicada no Exército. Simultaneamente, co-produz e veicula um projeto nacional para a área. A partir da década de 1960, volta-se, exclusivamente, para as pesquisas com ênfase na preparação física da tropa e de atletas de alto nível. 1932 – 1945: Revista Educação Physica - Revista técnica de ensino de caráter privado e comercial editada pela Companhia Brasil Editora. Buscava divulgar os princípios científicos, a formação profissional, os esportes, os fins morais e sociais, colaborando com os governos e instituições particulares na implantação e consolidação da Educação Física no País. 1941 – 1958: Boletim de Educação Física - Chancelado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. Veicula a política e ações governamentais na área. 1944 – 1952: Revista Brasileira de Educação Física - Revista de ensino de caráter privado e comercial feita pela Editora A Noite. A coordenação editorial é de Inezil Penna Marinho. Há evidências de que esta é uma revista de síntese do pensamento brasileiro para a área.

À luz desse sumário, pode-se sugerir que a imprensa de ensino da Educação Física (classificação original de Amarílio Ferreira Neto) posta na tradição do projeto e da doutrina das primeiras décadas do século XX, transformou-se ou desapareceu nos anos de 1940 e 1950, convergindo para o pragmatismo científico e de gestão. Por outro lado, em tese, a revista “Arquivos” tornou-se o modelo diretriz para esta mudança cujas repercussões estenderam-se até a década de 1970, quando se inicia a fase até hoje predominante dos periódicos científicos vinculados a entidades universitárias e sociedades científicas. De fato, o modelo da contribuição de bases científicas e de noticiário acadêmico prevaleceu e continua em busca de uma consolidação no periodismo da Educação Física brasileira, hoje uma produção nacional e não somente de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o publicismo se manteve latente entre as 35 revistas técnicas do setor que surgiram no Brasil nas três últimas décadas (total retirado do levantamento de Ferreira Neto, 2005, p. 776 – 781). “Comunidade Esportiva” (1980 – 1986), por exemplo, dedicou-se a promover o “Esporte para Todos” (atividades físicas de lazer e de saúde) no país em estilo de mobilização, voluntariado e “dever ser”. Por seu turno, a “Revista Brasileira de Ciên-

cias do Esporte” (iniciada em 1979) em certas fases de sua existência tem se manifestado de modo publicista, promovendo a renovação da Educação Física, esporte e lazer, tal qual o fazem de modo residual outras revistas homólogas nacionais por inspiração social, educacional e política.

Em conclusão, o publicismo – como o ativismo político – aparentemente não desapareceu nem jamais desaparecerá na Educação Física brasileira, pois se trata de uma condição inerente à atividade intelectual, por vezes associada à uma postura ética. Entretanto, o cientificismo – também típico do exercício intelectual – tem se revelado como agente inibidor do publicismo, como demonstrado no caso de “Arquivos”. Este bloqueio aos ímpetus do “dever ser” intelectual, então se torna mais evidente nos meios impressos, isto é, no instrumento de comunicação de idéias historicamente determinado. Resta-nos, portanto, admitir que a revista técnica e científica – foco da presente análise – tem sua validade inquestionável, contudo é possível que seu ótimo instrumental ocorra na convivência da pesquisa com postulados éticos.

Esta última proposição – todavia corrente em diferentes meios científicos – tem pelo menos um suporte empírico na própria experiência dos “Arquivos” ao longo de seus primeiros 21 números (1945 – 1966). Neste estágio, Inezil Penna Marinho participou do Conselho de Redação da revista e foi um de seus colaboradores mais freqüentes. Ou seja: embora tivesse um passado de intenso publicismo, ele se tornou um exemplo de adesão à pesquisa histórica, científica e filosófica. Em que pese o prestígio daí advindo, Marinho jamais trocou sua veia publicista pela postura ornamental de catedrático, título alcançado na ENEFD: seu “dever ser” deslocou-se então para livros de produção própria e campanhas em prol de um melhor desenvolvimento da Educação Física nacional. Entre outros exemplos, vale mencionar seu esforço para substituir o Método Francês de ginástica, por um Método nacional determinado pela cultura brasileira. Mesmo ao se afastar da cátedra na ENEFD, no início da década de 1980, Penna Marinho liderou várias campanhas, destacando-se a da capoeira como Método Nacional de Educação Física e a da regulamentação profissional. Este verdadeiro apostolado ainda hoje rende frutos e sugere um efetivo modelo de comportamento ético para o exercício intelectual na Educação Física.

REFERÊNCIAS

DACOSTA, Lamartine. **Olympic Studies: Current Intellectual Crossroads**. Los Angeles: AAFLA, 2002. Disponível em www.aafla.org/search/search/.htm.

DACOSTA, Lamartine. Desafios éticos atuais dos profissionais de Educação Física no Brasil: codificação deontológica, ação política ou contratualismo bioético. In: TOJAL, João Batista, DACOSTA, Lamartine e BERESFORD, Heron (Eds.). **Ética Profissional na Educação Física**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2004.

De LUCA, Tânia Regina. O faro do Lobato editor. **Nossa História**, Rio de Janeiro, ano 2, número 17, p. 76 – 79, Março 2005.

EDUCAÇÃO PHYSICA. Ouvindo um apóstolo da Educação Physica no Brasil – Fernando de Azevedo fala à nossa revista. **Educação Physica**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45 – 47, 1936.

FERREIRA NETO, Amarílio. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em Educação Física e esporte. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2005.

MELO, Victor Andrade. **Escola Nacional de Educação Física e Desportos : uma possível história**. Campinas: Unicamp, 1996. Dissertação de Mestrado em Educação Física.

WATSON, Peter. **The Modern Mind**. New York: HarperCollins, 2002.